

DE PUTA ÀS PROFISSIONAIS DO SEXO: UMA MEMÓRIA DA LÍNGUA

THAN BITCH TO SEX PROFESSIONALS': A MEMORY OF LANGUAGE

Fernanda Surubi Fernandes*

Olimpia Maluf Souza**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo verificar, através do processo histórico, como a palavra *puta* foi e é ainda hoje um termo considerado tabu em nossa sociedade. Desse modo, tentamos compreender de que maneira os sentidos estabelecidos para esta palavra fazem parte não somente de uma memória discursiva, mas de uma memória da língua, ou seja, encontramos, na própria língua, marcas que mostram de que forma os sentidos foram sendo constituídos e postos em funcionamento. Assim, adotamos como material de análise dicionários de língua portuguesa, de diferentes épocas, que trazem o verbete *puta*. Dessa forma, veremos, através da palavra *puta*, como todo dizer deve estar sustentado por um dizer outro, não se tratando, no entanto, de mera repetição, uma vez que há sempre a possibilidade de se construir o sentido outro, devido à falha, ao equívoco na/da língua.

Palavras-chave: memória; verbete; profissão; prostituta.

Abstract: This work aims to verify, through the historical process, as the *bitch* word was and is still a taboo word in our society. Thus, we try to understand how the meanings set forth for this word include not only a discursive memory, but a memory of the language, ie, we find, in their own language, marks that show how the senses were being made and put into operation. Thus, we adopted as material for analysis of Portuguese dictionaries of different times, bringing the entry *whore*. Thus, we shall see, through the word *whore* as said whole must be supported by said another one, not the case, however, a mere repetition, since there is always the possibility of constructing the other direction due to failure, misconception in the / language.

Keywords: memory; entry; profession; prostitute.

Introdução

Ao ouvirmos as palavras *puta* e *prostituta*, o que é posto em funcionamento através das condições histórica e social é a imagem de uma mulher devassa, sensual, sem moral, transgressora, etc. enfatizando sentidos sobre a mulher como a origem de todo mal, sentidos

* Fernanda Surubi Fernandes é Mestra em Linguística. Bolsista FAPEMAT- Apoio técnico 3º grau. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa em Linguagem (CEPEL), da UNEMAT, Cáceres, onde atua como professora substituta na graduação. E-mail: fernandasurubi@gmail.com.

** Olimpia Maluf Souza é doutora em Linguística. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa em Linguagem (CEPEL). Docente da UNEMAT, no Campus de Cáceres, onde atua na graduação e no Mestrado em Linguística. E-mail: olimpiamaluf@gmail.com.

estes produzidos desde a origem bíblica, ou seja, a criação da imagem de Eva, a mulher pecadora.

Assim, ao se mencionar os termos: *prostituta* e *puta*, o que, de imediato, é colocado em funcionamento pela memória são sentidos que ligam a imagem feminina a uma prática não autorizada, a da prostituição. Por outro lado, estes mesmos termos podem produzir sentidos diferentes dos já dados ou ainda possuir sentidos que foram apagados prevalecendo apenas um sentido e não outro.

Cada vocábulo traz, em suas acepções, marcas do histórico-ideológico em relação ao meretrício, o que demonstra que, além de colocar em circulação sentidos já dados, produz novos sentidos, silenciando outros.

Segundo Orlandi (2007, p. 52), “[...] quando uma palavra significa é porque tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa”. Sendo assim, há sentidos que são cristalizados pela sociedade, produzindo, às vezes, um silenciamento de outros sentidos, instalados anteriormente, isto é, em se tratando dos sentidos que institui cada palavra, inclusive o termo *prostituta*, há sempre um *já-dito*, um *pré-construído*, que é colocado em funcionamento por diferentes posições-sujeito.

Assim, buscamos nesse trabalho perceber de que forma a palavra *puta* contribuiu para a compreensão da história das ideias linguísticas no Brasil. Desse modo, pretende-se compreender como se produz, pelo/no funcionamento discursivo do significado dicionarizado, os sentidos de imoralidade e a posição-sujeito prostituta, em sua travessia histórica.

Nessa direção, tomamos a língua como não transparente e sempre sujeita a falhas, o que torna possível compreender, através da palavra *puta*, como todo dizer deve estar sustentado por um dizer outro, que não é mera repetição, pois há sempre a possibilidade de se construir o sentido outro, devido a falha e o equívoco na língua.

1. Memória discursiva e memória da língua

O ser humano sempre buscou, ao longo da história, e continua buscando o sentido de tudo a sua volta. Assim, a compreensão do que *é*, é algo necessário, constitutivo do homem, ou seja, busca-se uma *resposta* para tudo, buscam-se *definições*, assim, vemos em funcionamento na própria língua – que é marcada pela incompletude – a busca pela unidade, pela definição do que é e do que não pode ser outra coisa, havendo sempre uma tentativa de apreensão do todo.

Ou seja, há uma “[...] necessidade universal de um ‘mundo semanticamente estabilizado, isto é, normatizado [...]’” (PÊCHEUX, 2008, p. 34).

A Análise de Discurso (AD) nos faz compreender, contudo, que há na língua e na história um real, que é, respectivamente, a incompletude e a contradição. Desse modo, pensar a língua como unidade faz parte de um imaginário, que permite que os sentidos possam ser determinados, restringidos. Entrementes, para a AD, os sentidos sempre podem vir a serem outros devido à incompletude, à falha, ao equívoco da/na língua.

Nessa direção, todo dizer, para fazer sentido, deve estar filiado a uma rede de dizeres ditos e esquecidos, ou seja, todo dizer é atravessado pelo interdiscurso, pela memória do dizer, pela memória discursiva para que, assim, faça sentido.

Desse modo, a memória discursiva é constituída por dizeres anteriores que na formulação produzem sentidos devido ao encontro com a atualidade, ou seja, é nesse encontro que ocorre o acontecimento discursivo, do qual não temos consciência, uma vez que a memória é constituída pelo esquecimento. Por acontecimento discursivo Pêcheux (2008, p. 17) compreende como o “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Desse modo, ao referir-se ao enunciado “On a gangné”, o autor, conceitua o acontecimento como tudo aquilo que foi dito em relação a essa formulação, levando em conta o seu contexto atual e o seu “espaço de memória”, produzindo sentidos ao se enunciar em determinadas situações diferentes posições-sujeitos.

O esquecimento a que nos referimos são os esquecimentos no discurso, conforme Pêcheux (1975): o esquecimento número 1, também chamado esquecimento ideológico é no qual “[...] temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes”. (ORLANDI, 2007, p. 35); o esquecimento número 2 é da ordem da enunciação/da formulação. Ou seja, “[...] pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras” (*op. cit.*, p. 35). Esquecemos que há outros sentidos, que o sentido não é único. É o chamado esquecimento enunciativo.

No esquecimento, o sujeito pensa ser dono do seu dizer e do seu fazer, ou seja, pensa ser a origem do sentido, e que o seu dizer possui apenas um sentido e não outros, mas a Análise de Discurso

[...] congrega, desde o início, de uma maneira ampla, todo um projeto teórico que, trabalhando a idéia de que “o sujeito não é a fonte de sentido; [de que] o sentido se forma na história através do trabalho da memória, da incessante retomada do já-dito”, vai representar “a possibilidade de ler no ‘discurso textual’ os traços da memória histórica tomados no jogo da língua”. (PAYER, 2006, p. 26-27)

Dessa maneira, a AD concebe o discurso como “efeito de sentidos entre locutores”. Efeitos produzidos através de uma memória que congrega todo o dizer. Esses efeitos se materializam nessa relação da história com o momento da formulação, ou seja, trata-se das condições de produção do discurso: o contexto imediato e contexto sócio-histórico. Nessa direção, a AD considera o sujeito como posição sujeito, ou seja, os sentidos são mobilizados e postos em circulação por um dado sujeito que, ao dizer/formular, produz e faz circular sentidos que estão sempre em *relação a*.

Segundo Payer (2006, p. 39) é através da memória do que já foi dito, do que é repetido, que existe a possibilidade de qualquer dizer: “[...] o reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, e daí para as imagens significadas, os sentidos, os percursos de sentidos, os discursos, enfim”.

Desse modo, percebemos que se faz necessária uma regularização desse mesmo, do repetido. Para Achard (2007, p.16)

A regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador. Não há, com efeito, nenhum meio empírico de se assegurar de que esse perfil gráfico ou fônico corresponde efetivamente à repetição do mesmo significante. É preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição.

Nesse sentido, essa regularização do mesmo na língua, produz o discurso, ou seja, o efeito de sentido entre locutores. Efeitos somente possíveis devido a uma memória marcada na língua, portanto, uma memória na língua, que somente é possível através da repetição. É desse modo, que os sentidos são produzidos e sustentados socialmente através da repetição. Assim, memória discursiva se configura como dizeres ditos e esquecidos que são postos em funcionamento com a formulação, com o dizer, produzindo sentidos através da memória da língua. Dessa maneira, é através da repetição, das marcas, dos vestígios na língua que há a produção do novo, o sentido outro.

2. Instrumento linguístico: o dicionário

A História das Ideias Linguísticas (HIL) é um campo recente que pressupõe o deslocamento do saber sobre ele mesmo. Por isso, a história em HIL, não toma o fato como dado, mas como espaço de interpretação.

Desse modo, a Análise de discurso, é vista como um processo de desnaturalização, que busca um distanciamento da materialidade e assim da ideologia, ou seja, busca ver na materialidade como as histórias são mobilizadas. Uma história é de um lado, fatos, acontecimento, e de outro, é a compreensão desses fatos tomados como acontecimentos, pois, segundo Veyne (1983, p. 41): “A História não estuda o homem no tempo; estuda os materiais humanos subsumidos nos conceitos”. Nesse caso, desnaturalizar os sentidos que estão postos, é compreender que algo pode sempre tomar outros sentidos.

Nesse sentido, trabalhar com a História das Ideias Linguísticas no Brasil, é trabalhar com o processo de gramatização, que foi se constituindo contribuindo para o uso da língua que temos na atualidade. Segundo Aurox (1992, p. 65) “[...] por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrerver* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Ao ouvirmos o termo instrumentar o que vem em nossa memória é o conceito de língua como instrumento de comunicação. Como um meio que serve para expressar pensamentos, ideias. Não podemos negar essa afirmação, porém, quando pensamos nesse conceito a ideia que se produz é que através da gramática e do dicionário poderemos utilizar a língua sem “erros”, podemos controlá-la. Mas, sabe-se que não é bem assim, a gramática e o dicionário servem sim para instrumentar, por isso, que ambos são vistos como instrumentos tecnológicos que particulariza a língua portuguesa na tentativa de unidade. Ou seja, cria-se a ilusão de que o sentido só pode ser este e não poderá vir a ser outro, pois o dicionário cristaliza os sentidos. Esse funcionamento decorre de uma ilusão, muitas vezes necessária, que faz parte do jogo de sentidos.

Por outro lado, compreende-se que além de servir para comunicar a língua também serve para não comunicar. Pois, nesse jogo o que temos são as várias posições sujeitos, assim, o dicionário que é concebido como instrumento tecnológico de unidade da língua, também pode mostrar o inverso, pois o real da língua não pode ser apreendido. A língua está sempre em sua incompletude, assim podemos estudar o dicionário não em sua função, mas em sua funcionalidade.

Segundo Silva (1996) o dicionário é o lugar onde encontramos a unidade, a completude, a permanência do sentido sempre como o mesmo, e também a garantia de legitimidade de

nossa própria língua. Historicamente, esses sentidos instalaram-se a partir do século XIX, através de um processo de leitura e de escrita que consolidou a língua portuguesa e, ao mesmo tempo, deu valor à língua brasileira. Momento em que houve a criação de dicionários e de gramáticas nacionais, o que deu autonomia à nação brasileira, ou seja, “[...] nada [é] mais importante [nesse momento] que uma nação una e indivisa na e pela língua, o que permite o estabelecimento de uma comunicação transparente e unívoca em as diferenças sociais, raciais e linguísticas se diluem e apagam” (SILVA, 1996, p.152). Ou seja, trata-se de um momento em que pela língua somos postos como sujeitos e somos sujeitos.

Orlandi (2002, p. 108) afirma que

Se, na época colonial, o dicionário é uma discursividade de construção de uma realidade brasileira, atualmente, com essa realidade já nomeada, e com os brasileiros sabendo sua língua – os instrumentos lingüísticos, a escolarização, a literatura etc. estão aí para atestá-lo – o uso do dicionário se faz sobre o efeito de pré-construído, como um “lembrete” de uma realidade já estabelecida e certa, um lugar onde “se sabem” as palavras de nossa língua.

Nessa direção, a análise dos verbetes constitui-se não na função, mas na forma como funciona, no dicionário, a relação do sujeito com a língua, marcada pelos modos de inscrição do sujeito na memória discursiva. Ou seja, o papel do analista consiste em compreender como o dicionário funciona, pela perspectiva discursiva, assim, procuramos analisar “[...] os dicionários como textos produzidos em certas condições tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua.” (ORLANDI, 2002, p. 103).

Ao observarmos como funciona o dicionário, constatamos que um dos procedimentos que lhe é constitutivo é o que visa à completude, onde uma palavra remete a outras palavras, pois o outro é, segundo Orlandi (2002, p.104), a “[...] maneira como faz intervir a memória discursiva”. O que nos mostra que

[...] o dicionário é um *lugar-textual* onde, na relação da língua (nacional) com o Estado e com a Ciência, se administram os gestos de interpretação. Não sendo por acaso que esse lugar-textual funcione, precipuamente, em um *lugar-social*, uma instituição, fundamental na prática das políticas da língua: a Escola. (ORLANDI, 2002, p. 119).

Desse modo, a língua portuguesa é tida pelo Estado como homogênea e, com o uso do dicionário e da gramática, a busca dessa homogeneidade é instituída na sociedade pelas instituições de ensino, o que determina a circulação dos sentidos através desses instrumentos tecnológicos visando tanto a unidade da língua quanto da sociedade, ambos os instrumentos

sendo considerados como uma estrutura una e indivisa, o que mostra a tentativa de controle dos sentidos e, em consequência, dos sujeitos.

Nessa perspectiva, que este trabalho propõe estudar um verbete de dicionário, buscando perceber como as formulações do/para o termo *puta* constroem uma história das ideias linguísticas para a língua no Brasil? Repete? Produz novo?

Assim, observa-se que as acepções do verbete *puta*, nos dicionários de língua portuguesa, dão visibilidade à relação dos sujeitos com a sociedade.

3. Uma memória da língua

Para proceder à análise do verbete *puta* apresentam-se, como corpus, quatro dicionários de períodos diferentes: *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999); *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antonio Houaiss (2001); *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Antonio de Moraes Silva (1789) e o *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), visando a analisar o deslizamento sofrido pelo verbete durante esses períodos.

FERREIRA, 1999

puta. [Do lat. **putta*, por *puta*, ‘menina’.] s.f. Chulo 1. Meretriz 2. Mulher devassa, libertina.

HOUAISS, 2001

puta. s.f. (s XIII cf. AGC.) tab. 1. m.q. PROSTITUTA 2. pej. qualquer mulher lúbrica que se entregue à libertinagem. □ adj. 2 g (2n) 3. B tab. termo que se emprega antepositivamente como hiperbolizante, no sentido de ‘grande, enorme, fantástico, excelente, sensacional’ etc. < levou dois puta abraços > < deu uma puta festa de aniversário > < ele é um puta amigo > < fazíamos uma puta farra em Salvador > GRAM/USO na acp. 3, a palavra não tem nenhum teor jocoso ou pejorativo e pode concordar em número ou não com o substantivo que qualifica. ETIM. Orig. contrv. , os dicionários de língua portuguesa, em geral, remetem a f. fem. Do lat. *puttus*, ‘rapazinho, menino’ (> port. *puto*), no lat. vulg. **puttus*, fem. **putta*.

SILVA, 1789

PUTA, f. f. (do *Ital.* „, *puta* „, donzella, moça honefta. § Mulher , que devaffã a fua honra, e pecca contra a caftidade com homem que não he feu marido. *Caftian*, z.f. 253., „, *torres cheyas de putas* „, *Diar. d’Ourem* f 609.

PINTO, 1832

Putá, s. f. (T. Baixo) Mulher deshonestá, que pecca contra a castidade, meretriz.

Dessa forma, observa-se, no recorte eleito para essa análise, que tanto em Silva (1789), quanto em Ferreira (1999) e Houaiss (2001), há a presença de uma definição da origem da

palavra *puta*. Segundo Silva (1789) *puta* em sua origem italiana significa *donzella*, *moça honesta*. Ferreira (1999) diz que a origem da palavra é latina e significa *menina*, do mesmo modo Houaiss (2001) traz a origem etimológica como feminino do latim vulgar *puttus*, *rapazinho*, *menino* (em Portugal: *puto*), cujo feminino é *putta*. Somente Pinto (1832) não traz uma acepção da origem do termo *puta*.

Isso mostra que o sentido da palavra *puta*, na atualidade, decorre de deslizamentos metafóricos, que historicamente foram produzindo sentidos outros. Nesses deslizamentos, colocam-se em funcionamento, apagamentos/silenciamentos de um sentido para a visibilidade de outros. Assim, uma das acepções da palavra *puta* é *menina*, ou seja, a predominância do atual sentido da palavra produz um silenciamento em torno dessa significação, pois, *menina* produz sentidos de pureza e *puta* de devassidão, de dissolução. Essa mudança tão radical de sentidos faz questionar o porquê desse funcionamento, ou seja, por que houve o silenciamento de certos sentidos? Por que apresenta sentidos distintos em momentos tão distintos?

Segundo Bueno (2003), a mudança na palavra *puta* – do sentido de *menina* para os atuais (*prostituta*, *meretriz*) – sofreu um deslizamento, pelo simples fato de que a prostituta apresentou-se e ainda apresenta-se, para a sociedade, simulando a condição de menina. Nesse sentido, trata-se de uma mulher que se faz de menina, que simula, que finge, que aparenta uma condição que não é a sua, assim, a puta é o simulacro de si mesma. Razão pela qual os sentidos anteriores da palavra passam a justificar os atuais, através da falha, do equívoco, pois a puta é a mulher simulando a menina, fingindo inocência, pureza, fazendo entrar em circulação um sentido que é também, historicamente, atribuído à condição feminina: o comportamento ardiloso, traiçoeiro, enganador, de constante logro.

Nessa direção, o verbete *puta* produz sentidos que se relacionam à figura da prostituta: uma mulher que simula ser menina, que finge inocência, pureza, ou seja, os sentidos têm relação direta com a formação discursiva na qual essa posição-sujeito está inscrita.

Essa definição materializa a posição histórico-ideológica dos médicos sanitaristas em relação à puta, uma vez que, inscritos em uma dada memória discursiva, toma a mulher como libertina, dada aos excessos, que adota tudo o que, nesse momento histórico, é considerado promíscuo. Funcionamento que dá visibilidade aos modos como os sentidos estão ligados por uma relação dos sujeitos com a língua na história.

Retomemos, então, os modos como os dicionaristas, obedecendo a uma ordem cronológica, portanto histórico-ideológica, definiram a palavra “puta”:

SILVA (1789)

PUTA. Mulher, que devaffa a fua honra. Mulher que pecca contra a caftidade com homem que não he feu marido.

PINTO (1832)

PUTA

Mulher deshonesto, que pecca contra a castidade, meretriz.

FERREIRA (1999)

PUTA. Meretriz. Mulher devassa. Libertina.

HOUAISS (2001)

PUTA. Prostituta. Qualquer mulher lúbrica que se entregue a libertinagem.

Podemos notar em Silva (1789) e em Pinto (1832) que os valores que predominam são os morais, possivelmente marcados pelo assujeitamento do indivíduo à igreja, à religião, uma vez que chega a citar um dos dez mandamentos – Não pecar contra castidade – e a “puta” é aquela que *pecca contra a castidade*.

Esta construção desperta o interesse pela presença das palavras “peca” e “castidade” que fazem com que os sentidos deslizem, convocando uma exterioridade, ou seja, essas palavras são marcadas por uma memória da língua, pois “[...] a língua é tomada como parte da história, e a história significa *com a, através da língua*” (PAYER, 2006, p. 39). Esse funcionamento produz sentidos que relacionam esses modos de descrever o verbete “puta” como estando relacionados a uma formação discursiva religiosa.

Observamos que tais funcionamentos são silenciados nos dicionários posteriores de Ferreira (1999) e de Houaiss (2001) – trazendo uma dimensão avaliativa da moral reforçada por essas palavras – que é preciso compreendê-las em um tempo e espaço determinados. Assim, quando observamos a definição de Houaiss (2001), mais atual, temos a inclusão do termo *prostituta*, e não mais a presença de palavras como *pecar* e *castidade*.

Desse modo, notamos um deslizamento de sentidos em relação aos valores morais (Silva e Pinto) de uma época que vem ao encontro de valores comerciais (Ferreira e Houaiss) de outra época. Esse deslizamento não apaga, contudo, o funcionamento da moral-religiosa, presente no verbete “puta” em todos os tempos. Assim, na definição de Houaiss (2001) há marcas de uma visão da “puta” como *libertina*, quando ser libertino é estar entregue à luxúria, ou seja, alguém que não segue os dogmas, as regras de uma determinada moral-social, que, em certa medida, regula-se pela religião, pois não há termos de comparação dos efeitos de sentido entre a moral religiosa do final do século XVIII e início do XIX com a atual, mas, de todo modo são resguardadas as devidas proporções, a moral social continua a produzir efeitos de vinculação com o discurso religioso. Nesse caso, temos ainda materializadas as marcas do sentido de “pecar contra a castidade”, que atualmente seria o mesmo que “quem não segue os dogmas pecca contra a sua religião”, o que nos mostra como o verbete sofreu um deslizamento

metafórico, mas ainda produz efeitos veiculados ao que foi dito anteriormente, em outro lugar, em outro momento histórico e social.

Notamos, portanto, que os sentidos atuais da palavra “puta” sofreram um deslizamento, mas, ao mesmo tempo, reproduzem o mesmo, ou seja, é um termo que se coloca na tensão entre a paráfrase e a polissemia, pois, temos na produção do novo (a polissemia) os vestígios que repetem funcionamento de uma memória discursiva (paráfrase), instalando sentidos que vinculam o verbete a uma moral religiosa.

Vejamos um deslizamento para *puta* em Houaiss (2001)

3. B tab. termo que se emprega antepositivamente como hiperbolizante, no sentido de ‘grande, enorme, fantástico, excelente, sensacional’ etc. < levou dois puta abraços > < deu uma puta festa de aniversário > < ele é um puta amigo > < fazíamos uma puta farra em Salvador > GRAM/USO na acp. 3, a palavra não tem nenhum teor jocoso ou pejorativo e pode concordar em número ou não com o substantivo que qualifica.

Observamos que, na acepção 03, a palavra *puta* desloca-se amplamente dos sentidos postos anteriormente pelos outros dicionários, uma vez que, nesse caso, a palavra carrega o sentido de *grande, enorme, fantástico, excelente, sensacional, etc.* Porém, esse sentido só pode ser empregado se anteposto a um substantivo com valor de um hiperbolizante, possuindo assim, o efeito de produzir um outro significado para a palavra.

Vemos, portanto, como os sentidos de uma palavra dependem de seu funcionamento discursivo, ou seja, dependendo das condições de produção que instalam o acontecimento discursivo, os sentidos de uma determinada palavra mudam, deslocam, deslizam produzindo outros, mostrando que a língua não é transparente, pois está sujeita à falha, ao equívoco. Dito de outro modo, por mais que os lexicógrafos tentem dicionarizar as acepções das palavras da língua, o seu sentido pode ser sempre outro, visto que a língua está à deriva e os sentidos dependem das condições de sua produção. Desse modo, percebemos que, por mais que se busque a cristalização dos sentidos, a unidade é somente uma condição imaginária, pois os sentidos constituem-se historicamente, produzindo efeitos, uma vez que não pode haver uma apreensão total do real, devido à incompletude da linguagem.

Bueno (2003, p. 190) aponta ainda outro funcionamento para a palavra *puta*, afirmando que “[...] é usado também como interjeição, para exprimir, por exemplo, surpresa ou desapontamento. Um eufemismo na língua portuguesa é ‘puxa’, palavra que parece bastante com ‘puta’”. Nessa direção, temos outro sentido de *puta*, que se trata de outro funcionamento, que só pode ser verificado numa leitura discursiva, que dá visibilidade ao fato de que; dentro de

uma determinada formação social, de uma dada formação discursiva; o termo *puta* assume sentidos de acordo com a formulação e a posição-sujeito que a mobiliza, a partir de uma dada formação discursiva da qual faz parte.

Atualmente, o uso dos termos *puta*, *prostituta*, *meretriz*, entre outros estão sendo questionados por movimentos que buscam o reconhecimento da prostituição enquanto “[...] uma profissão como outra qualquer” (RODRIGUES, 2009, p.69). Esses grupos passaram a usar os termos *profissionais do sexo* ou *trabalhadores do sexo*. Trata-se, pois, do funcionamento do politicamente correto, que, segundo Orlandi (2002), apenas busca silenciar, apagar os sentidos que estão presentes na sociedade, principalmente em relação ao preconceito. Para a autora, o único modo de mudar os sentidos do uso de determinada palavra, é através da mudança das condições de produção dessas palavras, pois só assim elas podem sofrer um deslizamento, um deslocamento, ou seja, é necessário mudar as relações sociais para que os sentidos deslizem, desloquem e permitam que o preconceito tenha fim.

Desse modo, alguns grupos¹ que pregam a profissionalização da prostituição, não aderem ao uso dos termos *puta*, *prostituta*, *meretriz*, ao contrário, propõem mudanças sobre a forma de denominação da prostituição, visando a dar visibilidade ao estigma social que a prostituta sofreu e ainda sofre. Ou seja, ao designar a prostituta como *profissional*, como *trabalhadora* tenta-se apagar o preconceito que essa atividade produziu ao longo da história. Portanto, ao dizer “somos trabalhadores, somos profissionais” produz-se uma tentativa de silenciamento do estigma social da prostituição para visibilizá-la enquanto “um trabalho como outro qualquer”, sem preconceito nenhum. Mas, enquanto os dizeres sobre a prostituta/prostituição se derem nas condições de produção atuais, a mudança de designação não produzirá nenhum resultado, porque o estigma social continuará produzindo seus efeitos, ou seja, os sentidos das palavras só mudarão se houver mudanças nas relações sociais em que esses termos estão inseridos.

Em seus livros e entrevistas² Gabriela Leite, prostituta aposentada, como ela própria gosta de se denominar, expõe, em um depoimento, que gosta de utilizar os termos: prostituta e puta, como uma tentativa de assumir esse lugar de ser prostituta, buscando, assim, através do hábito e do uso, dar visibilidade à prostituição como profissão, procurando silenciar os dizeres que estigmatizaram, conforme o tempo e o uso.

¹ Tais como Associação das Profissionais do Sexo; Rede de Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica y el Caribe; Trabajadores sexuales argentinas em acción por sus derechos.

² Gabriela Leite lançou 2 livros: *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta* (2009) e realizou várias entrevistas, entre elas, ao Roda Viva, em 2009 e ao Labeurb na seção Conversa de Rua, em 2006.

Ao utilizar esses termos para construir os nomes *Davida* e *Daspu*³, Leite (2009) demonstra uma aceitação da sua condição de prostituta. Porém, ao assumir essa postura, encontra barreiras entre as próprias prostitutas. Em uma entrevista concedida ao Labeurb⁴, em 2006, Gabriela Leite relata que ao publicar, na *Revista Beijo da Rua*, um poema de Drummond de Andrade intitulado *Putas*, recebeu a agressão quase física de uma prostituta, que não gostou do poema em função do uso da palavra *puta*.

Nesse relato, os efeitos de sentido produzidos pelos termos *puta/prostituta* são calcados no preconceito. Para Orlandi (2002, p. 198), “[...] o preconceito está na origem da estagnação social e histórica. É uma forma de censura para impedir o movimento, a respiração dos sentidos e, conseqüentemente de barrar novas formas sociais e históricas na experiência humana”.

Desse modo, percebemos que Leite (2009, p. 143) ao assumir a condição de prostituta “[...] Meu nome é Gabriela Leite, eu sou prostituta da Vila Mimosa”, relata que foi muito difícil afirmar ser prostituta, porque o estigma social ainda é grande, pois ele é fortemente marcado pelas relações sociais. Contudo, ao assumir-se como sendo uma prostituta, busca produzir um deslize, um deslocamento de sentido nos termos *puta* e *prostituta*.

Esses funcionamentos nos mostram que o sentido não é único, sempre pode vir a ser outro, mas, segundo Orlandi (2002), o preconceito restringe o deslizamento, o deslocamento de sentidos, impedindo sentidos possíveis. Assim, as palavras *puta* e *prostituta* continuarão a significar o estigma social da mulher que se prostitui enquanto as relações sociais forem as mesmas.

Considerações finais

Nesse estudo, constatamos que há uma ilusão necessária em que o sentido é este e não pode ser outro. É a ilusão da completude, da unidade da língua, da literalidade dos sentidos, do que é, e do que não é. Nesse sentido, trabalhar com a memória discursiva e a memória da língua é considerar as condições de produção, que constituem o momento atual em que foi realizado o fato de linguagem com a memória, ou seja, com a constituição de tudo que já foi dito e esquecido. Porém, não só a memória discursiva trata da produção de sentidos, há na

³ *Davida* é uma organização não governamental (ONG), que possui como fundadora a prostituta aposentada Gabriela Leite. Segundo Schlindwein (2009), a formulação “*Davida*” coloca em circulação três sentidos diferentes: mulher “da vida” = prostituta; dar a vida a = nascer, parir; e dar vida = alegrar, que produzem sentidos novos em relação às prostitutas. Já o nome *Daspu*, refere-se a uma grife criada para as prostitutas, também por Gabriela Leite, produzindo em seu funcionamento, pela tensão entre a paráfrase e a polissemia, um trocadilho com o nome de uma grife famosa, a *Daslu*, e também produzindo sentidos em relação à própria palavra “puta”.

⁴ Laboratório de Estudos Urbanos (www.labeurb.unicamp.br).

própria língua uma memória constitutiva que produz sentidos dos/para os sujeitos, é a memória da língua. Ou seja, é na materialidade que encontramos marcas da memória discursiva, que só pode existir pela/na memória da língua.

Assim, os sentidos são postos em funcionamento pela memória da língua e pela memória discursiva. Ou seja, para fazer sentido, é necessário que haja uma repetição, que o dizer se inscreva no já-dito, por isso, neste trabalho vemos que os conceitos trazem marcas de (pré) conceitos anteriores, uma repetição necessária para a produção dos sentidos. Nesse caso, a palavra *puta*, que em um momento significava *menina*, sofreu um apagamento, para produzir o seu sentido atual. Porém, há marcas na língua, marcas de que a palavra *puta* já teve o sentido de *menina*, o que se marca em três dos quatro dicionários.

Desse modo, vemos como a produção do saber está calcada no já-dito, no já-dado, pois são inapagáveis os conhecimentos já produzidos. Desse modo, conforme afirma Silva (1996), o dicionário possui sentidos já cristalizados. Assim, o sentido outro também só será produzido a partir do que já está dado. Sendo possível a produção dos deslocamentos, ou seja, não é a cristalização, a fixidez do sentido que produz o deslocamento, mas um novo acontecimento, que é realizado, inserido, inscrito em uma formação discursiva, numa regionalização do dizer, que direciona um novo sentido a algo já dado, já cristalizado. É a relação do mesmo com o diferente, do parafrástico com o polissêmico, em que um não existe sem o outro, do mesmo modo, os deslocamentos de sentidos só são possíveis a partir de um já-dito.

Dessa forma, constatamos como o funcionamento do dicionário sobre o saber da língua, é na verdade posto como unidade, de tal forma, que explica o porquê de ser um instrumento tecnológico, o que silencia alguns dizeres e sentidos, e expõe outros⁵.

Assim, vemos que as formulações do termo *puta* mostram o funcionamento da memória discursiva e memória da língua através da repetição e do sentido outro. Somente através do mesmo produz-se o diferente. Nesse caso, o termo *puta* que é, por um lado, um xingamento, possuindo sentidos pejorativos, encontrados na própria língua – marcas do próprio instrumento de gramatização –, por outro, possui funcionamentos que produzem o novo, o diferente.

Referências

ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes – 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

⁵ Observando vários dicionários, pudemos constatar que alguns não possuíam a palavra “puta” como o Minidicionário Aurélio.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BUENO, Márcio. *A origem curiosa das palavras e/ou dos significados*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* – 3 ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mario de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias do Brasil* – São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. - 5ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. – São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi – 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Na Typografia de Silva: Ouro Preto, 1832. Acessado em 15 de dezembro de 2010 em http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/02254100/022541_COMPLETO.pdf

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Composto pelo padre D. Rafael de Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro – L – Z, Officina de Simão Thaddeo Ferreira: Lisboa, 1789. http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00299220/002992-2_COMPLETO.pdf?seque Acessado em 25 de novembro de 2010.

SILVA, Mariza Vieira da. Dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Língua e Cidadania: O Português no Brasil* – Campinas – SP: Pontes, 1996. p. 151-162.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. Editora Brasiliense, 1983.

Artigo recebido em dezembro de 2012.

Aceito em julho de 2013.